

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Expressões do Sofrimento dos Invisíveis: Subjetividade e Exclusão Social

Expressions of Suffering of the Invisibles: Subjectivity and Social Exclusion

Expresiones del Sufrimiento de los Invisibles: Subjetividad y Exclusión Social



Ana Luisa Rocha Contim

Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, Goiás, Brasil
alrcontim0@gmail.com



Érico Douglas Vieira

Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, Goiás, Brasil
ericopsi@yahoo.com.br

Resumo: As experiências de exclusão social requerem análises que consideram a subjetividade. Objetivou-se investigar os impactos das experiências de exclusão na dignidade pessoal de sujeitos marginalizados. A Teoria Fundamentada nos dados, metodologia qualitativa, foi utilizada. A equipe de pesquisa buscou categorizar e analisar registros de atendimentos psicológicos realizados em uma instituição de apoio. Constatou-se que a exclusão possui uma dimensão ligada à subjetividade, como afetos e sentimentos relacionados às situações de humilhação e rebaixamento. A exclusão social tem, como consequências, vivências ligadas à dependência química, deterioração das relações interpessoais e formas de existência sem direção. Foi possível perceber que há potencialidades e busca de resgate da dignidade. A clínica psicológica com pessoas excluídas demanda acolhimento, conexão e reconhecimento das potencialidades dos sujeitos.

Palavras-chave: Subjetividade. Exclusão social. Psicologia Clínica.

Abstract: Social exclusion experiences require analyzes that consider subjectivity..The objective was to investigate the impacts of these experiences of exclusion on the personal dignity of marginalized subjects. The Grounded Theory, methodology of a qualitative nature, was used. The research team sought to categorize and analyze records of psychological care provided in a support institution. It was found that exclusion has a dimension linked to subjectivity, such as feelings related to situations of humiliation. Social exclusion have, as consequences, experiences linked to chemical dependency, deterioration of interpersonal relationships and forms of existence without direction. It was possible to see that there is potential and the search for the rescue of dignity. The psychological clinic with excluded people demands acceptance, connection and recognition of the subjects' potential.

Key-words: Subjectivity. Social Exclusion. Clinical Psychology.

Resumen: Las experiencias de exclusión social requieren análisis que consideren la subjetividad. El objetivo fue investigar los impactos de estas experiencias de exclusión en la dignidad personal de los sujetos marginados. Se utilizó la Teoría Fundamentada, metodología de carácter cualitativo. El equipo de investigación buscó categorizar y analizar los registros de intervenciones psicológicas realizadas en una institución de apoyo. La exclusión tiene una dimensión ligada a la subjetividad, como los afectos y sentimientos relacionados con situaciones de humillación y degradación. La exclusión social tiene como consecuencias experiencias ligadas a la dependencia química, deterioro de las relaciones interpersonales y formas de existencia sin rumbo. Se pudo ver que hay potencial y la búsqueda del rescate de la dignidad. La clínica psicológica con personas excluidas exige aceptación, conexión y reconocimiento del potencial de los sujetos.

Palabras-clave: Subjetividad. Exclusión Social. Psicología Clínica.

Data de submissão: 11/08/2021

Data de aprovação: 10/11/2021

Introdução

A história brasileira, desde os tempos coloniais, é marcada por processos de dominação e exclusão de grupos sociais considerados a partir da ausência de cidadania. As populações originárias, as pessoas escravizadas e, atualmente, as camadas pobres da sociedade foram e são percebidas não como sujeitos, mas como subcidadãos, “expulsos não somente dos meios de consumo, bens e serviços, mas do gênero humano” (NASCIMENTO, 1995, p. 25). A estigmatização dos grupos populares, desde os tempos da escravidão até os dias atuais, conforma uma sociedade que cultiva ódio e desprezo aos pobres, vistos como subhumanos. O que se percebe é a construção histórica e diuturna da “divisão entre gente e subgente, típica de países escravocratas que nunca criticaram essa herança” (SOUZA, 2019, p. 153)”. Espaços urbanos periféricos e pessoas marginalizadas foram constituídos como uma alteridade sem valor, gerando atualmente uma sensação de naturalização da imensa desigualdade social no Brasil. De acordo com Souza (2019), o abandono das pessoas escravizadas após a abolição constituiu uma classe de pessoas que singulariza e explica a situação social, política e econômica do Brasil como nenhuma outra questão. Com o início do processo de industrialização no século XX, os ex-escravos, após centenas de anos de aprisionamento e humilhações, se perceberam dentro de uma ordem social competitiva e capitalista, sem a devida preparação e integração para esta nova realidade. Portanto, a assimilação dessa parcela da população na sociedade de

classes ocorreu de forma precária, uma vez que foram libertos, porém não incluídos na vida social (SANTOS; MOTA; SILVA, 2013). A emergência de um padrão periférico de cidadania e subcidadania é ainda persistente, fruto da matriz escravagista brasileira. Diante deste problema brasileiro, este artigo relata uma pesquisa que buscou investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social. O estudo das consequências subjetivas da exclusão social amplia a percepção da desigualdade restrita a questões de baixa renda ou de privações materiais.

Há uma ideia falsa, que está enraizada na sociedade, de que as pessoas excluídas não possuem necessidades afetivas e subjetivas e que suas vidas se restringem às questões de sobrevivência material. A atuação e a pesquisa com grupos populares não podem se ater apenas às questões materiais e de sobrevivência. É importante levar-se em conta a dimensão ético-política da desigualdade social. A presente pesquisa buscou investigar as experiências subjetivas provenientes da desigualdade social de pessoas de camadas populares, buscando entender os impactos destas experiências na dignidade pessoal desses sujeitos. Parte-se do pressuposto de que a exclusão atinge a dignidade dos sujeitos, produzindo uma visão inferiorizada de si mesmo. A dimensão subjetiva da exclusão pode revelar e tornar mais clara a imensa desigualdade social brasileira como uma questão estrutural que se objetiva nas existências individuais (BOCK, 2009; SAWAIA, 2001).

Os resquícios escravagistas produziram e produzem gente e subgente, cidadão e subcidadão. Os grupos que seriam subgente são definidos por Souza (2003, p. 70):

Na dimensão infra e ultra jurídica do respeito social objetivo compartilhado socialmente, o valor do brasileiro pobre não-europeizado é comparável ao que se confere a um animal doméstico, o que caracteriza objetivamente seu status subhumano. Existe, em países periféricos como o Brasil, toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, dado que elas não participam do contexto valorativo de fundo.

Este segmento da população é considerado invisível ou é humilhado constantemente no encontro com as classes incluídas. A humilhação social gera um sofrimento que é vivido repetidamente pelas pessoas das classes excluídas e seus ancestrais. As opressões recorrentes se manifestam através das vozes de mando e das mensagens públicas de rebaixamento. (COSTA, 2004). As interações das classes hegemônicas com os grupos populares se dão, muitas vezes, através de olhares de desprezo, de negação da palavra e da exclusão do circuito de trocas. Ou seja, instaura-se nas pessoas excluídas um sofrimento que é ético-político, que seria um mal estar de ser tratado como alguém que é incapaz de contribuir com a sociedade (SAWAIA, 2001). O impacto dos olhares de desvalor e das mensagens públicas de rebaixamento produzem experiências de difícil decifração e manejo para quem vivencia tais situações. Geralmente, a revolta e a tristeza em se perceber como sem valor nas trocas sociais minam a iniciativa e a palavra dos excluídos. Nesse sentido, Costa (2004, p. 26) descreve as mensagens de desprezo dirigidas aos pobres:

São mensagens arremessadas em cenas públicas: a escola, o trabalho, a cidade. São gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado. O adulto e o idoso, já antes o jovem ou a criança, vão como que diminuir, vão guardar estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como quem se tenha dirigido ao inferior.

A invisibilidade e a humilhação social vêm acompanhadas da vergonha e de frustração. O humilhado vai perdendo a percepção de si próprio como doador, com a tendência de não se perceber como possuidor de capacidades a ofertar para a sociedade. Na falta de oportunidades, de autonomia da própria vida e do exercício da cidadania, “o humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade” (COSTA, 2004, p. 15).

Souza (2019) denomina provocativamente de ralé brasileira a classe de indivíduos desprovidos não somente do capital cultural e do capital econômico, mas também da falta de acesso às condições comportamentais e subjetivas que permitam a participação efetiva no capitalismo competitivo. Há uma pressuposição, que é fruto das ideologias neoliberais, de que as pessoas excluídas teriam acesso às mesmas condições de construção de habilidades para a ação em um mundo competitivo. Souza (2019) argumenta que o raciocínio prospectivo, a disciplina, o autocontrole e a capacidade de planejamento são habilidades mais cultivadas em contextos de classe média e alta. A percepção da existência de pessoas pobres, sem perspectivas de futuro, é vista pela lente neoliberal como ligadas ao fracasso. As ideias neoliberais possuem um arsenal de justificativas que desconsideram as condições precárias de existência de um segmento da população. A

meritocracia, por exemplo, individualiza sucessos e fracassos, desconsiderando-se questões estruturais que produzem as condições que pavimentam as trajetórias pessoais.

A naturalização da desigualdade social representa um descompromisso do Estado e de parte da sociedade com o sofrimento do outro. A diminuição da ação do Estado ou a intervenção do Estado no corte de direitos e na diminuição das políticas públicas, juntamente com as ideias neoliberais que culpabilizam as pessoas excluídas sem conhecerem de fato o contexto no qual elas vivem, produzem desamparo, abandono e falta de perspectivas para uma parte importante da população. As ciências humanas e sociais podem se comprometer com intervenções e pesquisas que revelem a natureza real das relações entre classes sociais no Brasil. Nesta direção, a presente pesquisa buscou investigar os impactos das experiências de exclusão social na dignidade de sujeitos marginalizados que são usuários de uma casa de apoio.

Metodologia

O presente trabalho investigativo teve como referência metodológica a epistemologia e o método qualitativo de pesquisa. A pesquisa qualitativa se caracteriza pela preocupação com o aprofundamento da compreensão da singularidade de sujeitos, grupos sociais ou instituições. A compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas é o foco do referencial qualitativo (GOLDENBERG, 2015).

O método utilizado nesta pesquisa foi a Teoria Fundamentada nos Dados, que possui diretrizes sistemáticas para coletar e analisar os dados visando à construção de teorias baseadas nos próprios dados. Portanto, desde o início da pesquisa, foram coletados dados para a elaboração de análises teóricas. O pesquisador se envolve, simultaneamente, na coleta e na análise dos dados. Há uma busca de se construir categorias a partir dos próprios dados e não de hipóteses preconcebidas. A amostragem se direciona para a construção da teoria fundamentada nos dados, sem visar à representatividade populacional (CHARMAZ, 2009).

A Teoria Fundamentada adota como princípio o agnosticismo teórico que seria uma renúncia do pesquisador em considerar de forma precoce os conceitos teóricos e a literatura consagrada da área. A não adoção de hipóteses preconcebidas visa promover a aproximação com a realidade empírica na tentativa de construções teóricas novas a partir dos dados. A diretriz é a busca de uma compreensão teórica e abstrata da realidade investigada. Mesmo que não se adote hipóteses preliminares, os pesquisadores da Teoria Fundamentada possuem conceitos sensibilizadores, que seriam ideias e interesses iniciais que oferecem pontos de partida para a investigação. Seriam iniciadores para se pensar problemas de pesquisa, questões de entrevistas e analisar os dados iniciais. A equipe de pesquisa geralmente compara os dados emergentes com os conceitos sensibilizadores, que podem ser abandonados caso demonstrem serem irrelevantes. Estes conceitos auxiliam a incursão na pesquisa e são objetos constantes de

monitoramento e questionamentos (LYN; MORSE, 2013). No caso da presente pesquisa, a equipe adotou conceitos que abordam o sofrimento conectado ao pertencimento de classe social, bem como algumas ideias sociológicas sobre a formação social brasileira. A pesquisa demonstrou que estes conceitos eram válidos. Contudo, outros aspectos emergiram da análise dos dados, como a luta dos sujeitos para resgatarem sua dignidade e algumas especificidades da clínica psicológica com pessoas excluídas.

A coleta de dados foi realizada a partir da imersão da equipe de pesquisa em uma instituição de apoio do sudoeste goiano. Trata-se de um estabelecimento que busca prestar cuidados relacionados à alimentação fornecendo refeições diárias, local para higiene pessoal, fornecimento de roupas e sapatos e realização de palestras educativas. O público-alvo é constituído por moradores de rua, andarilhos, "trecheiros" (pessoas que viajam de cidade em cidade, sem residência fixa) e trabalhadores de baixa renda. Sujeitos com trajetórias de rua, incluindo os que percorrem os trechos, de cidade em cidade, representam o público majoritário que recebeu os atendimentos. Pode-se caracterizar a população de rua como um campo heterogêneo. Geralmente, não possuem documentos, nem trabalhos formais, sem moradia fixa e com vínculos familiares e sociais rompidos. Tais rupturas produzem um estado crescente de deterioração e vulnerabilidade, manifestando-se em um consumo problemático de álcool e outras drogas, além de dificuldades no acesso a políticas públicas (VARANDA; ADORNO, 2004). Percebem-se neste grupo de pessoas a manifestação das questões referentes à humilhação social e

o sofrimento ético-político descritas na introdução deste trabalho.

O docente coordenador realiza projetos de extensão e de pesquisa nesta instituição desde 2015. O projeto de pesquisa que é foco deste trabalho, ocorreu nos anos de 2018 e 2019, denominado: "Possibilidades de intervenções clínicas com grupos marginalizados a partir do plantão psicológico fundamentado no Psicodrama". A partir deste projeto, foram realizadas intervenções do tipo plantão psicológico com os usuários da instituição. O plantão psicológico é um tipo de intervenção clínica, geralmente realizada em instituições, que busca oferecer um acolhimento pontual do sofrimento. Cada atendimento realizado gerou um registro escrito pelo plantonista chamado de diário de campo. Neste documento, o plantonista descreve os eventos mais significativos do atendimento e suas impressões e ressonâncias. Para a confecção deste artigo, optou-se por um recorte com a seleção de 40 diários de campo produzidos em 2019. Este material foi analisado neste trabalho.

A análise dos dados foi realizada a partir da leitura e da codificação dos diários de campo, de acordo com as diretrizes da Teoria Fundamentada. Na codificação, busca-se nomear ou categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que resume e representa analiticamente cada parte dos dados. A codificação busca o desenvolvimento de uma teoria emergente construída a partir dos dados. Após uma primeira leitura dos diários de campo, houve duas etapas no processo de codificação. A codificação inicial envolveu a denominação de cada

segmento de dados considerado como significativo. Foi nomeado com uma pequena frase cada parte dos diários de campo que continha elementos importantes em relação ao tema do impacto da exclusão social para a dignidade pessoal. Posteriormente, foi realizada a codificação focalizada que buscou selecionar os códigos iniciais mais significativos ou frequentes ou renomear códigos para obter maior capacidade analítica. Além do processo de codificação, foram realizadas escritas de memorandos, que consistem em pequenos textos redigidos pela equipe de pesquisa sobre aspectos que não estavam diretamente expressos nos dados, suscitados por reflexões no contato com a investigação (CHARMAZ, 2009).

Os códigos gerados foram agrupados de acordo com a afinidade temática ao final do processo. Cada grupo de códigos foi reunido em torno de uma categoria, sendo construídas duas categorias que representam os resultados desta investigação: 1) Repercussões subjetivas da exclusão social e 2) Fragmentos da clínica psicológica com pessoas excluídas. Tais categorias representam os resultados da investigação que buscou mapear os possíveis impactos da exclusão social para a dignidade pessoal de pessoas marginalizadas.

Resultados e Discussão

Repercussões subjetivas da exclusão social

A marginalização proveniente da exclusão social se manifesta por meio dos sentimentos e de percepções de desamparo e a angústia de sentir-se sem dignidade e sem

importância. Esta categoria condensou vivências que expressam a dimensão subjetiva da exclusão social. As experiências de exclusão social repercutem nas subjetividades e formas de existência dos sujeitos, retratando o caráter perverso de uma sociedade que destina uma vida sem perspectivas para determinados grupos sociais.

Os usuários relataram situações em que os encontros com as classes incluídas se deram através de gestos e olhares de rebaixamento. Nesse sentido, eles se sentiram humilhados e a repetição dessas humilhações parece ter produzido revolta e desorganização subjetiva. A percepção de si como alguém insignificante foi algo recorrente nas falas, como nesta reflexão de um usuário contida em um diário de campo:

Visualiza comigo, você é um passageiro que precisa pegar um trem, mas você não tem dinheiro. Então, eles apenas continuam passando sem parar, de um lado para o outro, mas o trem tem pessoas, certo? Está cheio de pessoas, mas elas não te veem.

O usuário está tentando expressar o que Sawaia (2001, p. 104) denominou como sofrimento ético-político:

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge das situações sociais de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade.

O que o usuário sente e busca demonstrar por meio da metáfora é a dor vivenciada pela situação de injustiça social, especialmente caracterizada pelo sentimento de desvalor, de invisibilidade e de humilhação.

Os estudos de Sawaia (2001) sobre as experiências subjetivas advindas da exclusão social retratam este processo a partir da dialética inclusão/exclusão. A sociedade exclui para depois incluir o sujeito, sendo tal inclusão ilusória (SAWAIA, 2001). Não se pode afirmar que há uma exclusão total dos sujeitos. As pessoas das camadas pobres da população estão incluídas de alguma forma, ainda que precariamente. Souza (2019) demonstra que o processo de integração das camadas populares se dá através da condenação deste grupo a ser explorado pelas classes incluídas. Ou seja, a manutenção da desigualdade social é interessante para as classes incluídas, que podem continuar contratando com salários baixos as pessoas pobres, geralmente para trabalhos que utilizam a força muscular.

Percebe-se uma inclusão perversa das pessoas que foram escravizadas no passado histórico brasileiro e uma inclusão precária das pessoas das camadas populares atualmente. De acordo com Sawaia (2001), o processo de

exclusão social pode ser melhor analisado se for levada em consideração a dialética inclusão/exclusão. No sistema capitalista, um grande contingente de grupos sociais é incluído de maneira precária nos mecanismos de produção e reprodução econômica. As classes populares participam do circuito econômico e social através da insuficiência e da escassez. Tais privações possuem repercussões subjetivas, relacionais e sociais, gerando uma percepção de si como menos digno e uma fragilização das relações.

Bauman (1998) também argumenta na direção de uma integração perversa, ao apontar a sedução da sociedade de consumo como algo que iguala e que divide ao mesmo tempo: “Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os ouvirão (p. 55)”. Obviamente que nem todos conseguem atender aos estímulos do mercado. Por serem pessoas falhas em consumir as mercadorias, são consideradas como existências pouco dignas. A capacidade de consumir tornou-se uma referência para medir vidas bem-sucedidas ou fracassadas. Sawaia (2001, p. 09) chama a atenção para os aspectos afetivos e subjetivos do processo inclusão/exclusão:

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual.

Os excluídos da ação e da palavra enfrentam a humilhação social de forma frequente e reiterada, como se a todo momento estivessem esperando a ‘apunhalada’ da humilhação ser desferida e ‘rasgar’ sua dignidade por completo. Nesse sentido, o humilhado perde a percepção de si mesmo como um doador. A sensação de dignidade é diretamente afetada, de forma que o mesmo tende a não se perceber como um possuidor de bens, direitos e oportunidades para contribuir nas trocas sociais. Por conseguinte, a sensação perturbadora de desvalor gera uma existência sem perspectivas de inserção, juntamente com um desamparo constante. A experiência de um usuário relatada por um plantonista ilustra essa angústia:

O usuário relatou uma experiência que havia passado há alguns dias atrás. Estava dormindo e foi pego de surpresa ao ser acordado com uma paulada nas pernas. Ao contar essa experiência, tivemos a impressão de que isso havia causado nele um sentimento de muita angústia e revolta, já que insistiu em afirmar que não estava fazendo nada demais, apenas dormindo com dor de ouvido.

A obra literária “Quarto de Despejo – diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, retrata muito bem as repercussões dos gestos de rebaixamentos vindos do outro. Trata-se de um diário de uma mulher que vivia excluída econômica e socialmente. Ela relata em seu livro uma situação em que estava em um elevador quando um senhor que era senador da república entra e a olha com repugnância. A autora assim descreve o acontecimento: “Já estou familiarizada com esses olhares. O homem estava bem vestido, eu estava descalça, não estava em condições de andar no elevador ” (JESUS, 2020, p. 211). Levando em

conta que os gestos públicos de rebaixamento são falas e gestos que penetram e marcam corpo e alma do sujeito, Costa (2004, p. 13) argumenta que “para os humilhados, a humilhação é golpe ou é frequentemente sentida como um golpe iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam.”. Desta forma, a humilhação, ao se tornar crônica, desconstrói a noção de si mesmo como alguém que possui direitos.

A experiência subjetiva da subcidadania, entendida como produto da imensa desigualdade social brasileira, tem impacto direto nas subjetividades, na forma como os sujeitos percebem o próprio valor, por exemplo. Vivenciando a humilhação social persistente e constantemente, o excluído passa a se ver como alguém que não possui direitos. Na construção de relações de submissão e de desprezo que são alvo sua família, seus ancestrais, seu grupo social, a pessoa excluída passa a esperar automaticamente as humilhações, as vozes de mando e o desprezo. A hierarquia social na qual o valor da vida de uns é maior do que a vida de outros se manifesta nas interações sociais cotidianas, de forma explícita ou sutil (BOCK, 2009). Nesse sentido, Costa (2004, p. 48) argumenta: “O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê”. Neste sentido, a falsa ideia de que a preocupação das pessoas pobres está unicamente ligada à sobrevivência básica pode ser superada na abordagem da dimensão subjetiva da subcidadania.

As rupturas familiares são experiências comumente narradas pelos sujeitos excluídos. As situações de exclusão intensificam ainda mais a fragilidade do sujeito, como aponta Sawaia (2001, p.72): “quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo não ter nenhuma relação com a família”. Desta forma, constatou-se nas vivências dos usuários, padrões de ruptura das relações familiares e um significativo desamparo. Um usuário relatou sua experiência em que saiu da sua cidade natal e passou tanto tempo fora, que sua família começou a achar que teria morrido, conforme relato de um plantonista: “O restante da família parece ter sentido uma espécie de decepção ao vê-lo, o que ele conta com muita tristeza: Parece que eles queriam que eu tivesse morrido mesmo”. A ruptura dos laços familiares se manifestou insistentemente nos relatos dos usuários através de sensações de desproteção e desamparo.

As rupturas dos laços familiares possuem impactos consideráveis na dignidade pessoal. Algumas falas apareceram no espaço clínico, como: “Se até minha família me trata dessa forma, onde vou ter esse amparo? ”, e “Não sou digno nem do afeto dos meus familiares? ”. Um usuário também relatou: “Uma vez eu estava doente de cama e sozinho e ninguém foi me ver. Ficar sozinho às vezes dá depressão! ” As rupturas familiares produzem uma vivência de não se ter a quem recorrer, a quem buscar conforto. As experiências de vagar sem rumo, sem perspectivas, geram existências à deriva pela falta de inserção em uma rede relacional.

Experiências de destrutividade, compulsões e violências são manifestações de posições subjetivas marcadas pela precariedade, atingindo a humanidade e a dignidade de quem as vivencia. A relação entre dependência química e os afetos dos sujeitos marginalizados foi percebida. Em um dos diários de campo, esta vivência é retratada:

Perguntamos o motivo de beber, e ele disse que sua história era muito triste, que não tinha pais e foi criado por sua família adotiva, sendo que seu padrasto o batia até mesmo com facão e sua madrasta enrolava a espora no punho para então acertar sua cabeça. Ele nos mostrou seus machucados no braço, sobranceiras e na própria cabeça. Seu pai também o acertou com um balde no nariz. Apesar de ter nos falado sobre esses acontecimentos, não quis aprofundar em nenhum. Assim, disse que bebia por sentir mágoa e rancor.

Quanto mais excluída e marginalizada, menos afeto e amparo a pessoa consegue ter ao longo da vida. Essa falta constante da rede de apoio e de laços afetivos refletem existências com maior vulnerabilidade a compulsões, dependência química, comportamentos destrutivos e violentos. A plantonista relata esse fato em uma sessão:

Ele me contou outras histórias de violência, [...] como a vez em que ele sentiu raiva e atacou um homem com mordidas pois queria comê-lo vivo. Me contou que, por sentir muita raiva, sentia vontade de atacar as pessoas. Naquele momento da sessão sentia muita vontade de “furar alguém pra sair muito sangue” [...] Eu disse que ele parecia ter muita raiva guardada. Ele concordou, e disse que durante sua infância sempre teve problemas, que o pai agredia a mãe. A mãe o colocava para pedir na rua e ele apanhava se não conseguisse o dinheiro.

A vida precarizada gera frustrações e uma sensação de falta de sentido, como narrou uma plantonista em seu diário de campo: “Ele nos mostrou a carteira de trabalho, para falar que teve uma vida cheia de empregos, antes de dormir na rua e andar sujo, ele falou para a gente: Eu nunca dormi na rua ou andei assim, olha o meu estado”. A sensação de malogro pessoal e falta de perspectivas são expressadas no livro/diário de Carolina Maria de Jesus (2020, p. 12). A autora relata: “Pensei na vida atribulada que eu levo, cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. ”

Portanto, observou-se que as experiências de exclusão social se manifestam nas vidas dos sujeitos como perda progressiva da sensação de ser digno, com a percepção da própria vida como uma série de fracassos e pelas relações familiares precárias ou rompidas. Desamparo, desproteção, sensação de vagar sem rumo e falta de sentido, são algumas das vivências de pessoas que vivem na margem.

Fragmentos da clínica psicológica com pessoas excluídas

A questão da classe social marca de maneira significativa a clínica psicológica com pessoas excluídas, demandando dos plantonistas um estudo crítico de questões sociais que transcendem a formação e a literatura especializada em Psicologia Clínica. O contato com vidas precarizadas trouxe desafios aos plantonistas, que precisavam lidar com vivências de desconforto e impotência. Como contraponto, a clínica psicológica com pessoas excluídas precisa acolher, ser espaço para novas

possibilidades existenciais e reconhecer os sujeitos como pessoas dignas de participarem da vida social.

A sensação de impotência, seguida de certo desconforto, foi uma vivência importante dos plantonistas no espaço clínico. Esta sensação de impotência diante de uma vida precarizada se expressa de maneira marcante neste relato: “Ao questionar onde ele iria dormir essa noite, senti um grande aperto no coração por não poder fazer nada a respeito, com um grande sentimento de inutilidade e impotência diante dessa situação. ” No caso em questão, o usuário disse que iria dormir na rua e que, a cada dia, procurava um lugar diferente para dormir. A inutilidade e a impotência vividas pelos usuários foram expressões do sofrimento ético-político, que Sawaia (2001) descreve como a dor de ser tratado como alguém inferior e que não teria condições de oferecer nada para a sociedade. Este sofrimento foi constantemente compartilhado na clínica psicológica realizada com estas pessoas. O que chama a atenção é que os plantonistas também sentiram impotência e inutilidade ao se depararem com este sofrimento. Reflexões sobre maneiras de lidar com esta impotência foram recorrentes entre a equipe de pesquisa. Como exercer uma escuta clínica, apostar no encontro com pessoas excluídas, sem ficarmos presos neste circuito de afetos que paralisam e desvitalizam? Apostar no encontro com vidas maltratadas foi vivido como um desafio. Buscou-se suportar os afetos que circulam, seguindo os passos de Lancetti (2016) que, em sua clínica peripatética, aponta a necessidade de uma disposição para cuidar e permanecer com o outro, mesmo que este se apresente de

forma fragmentada e com poucos suportes existenciais e relacionais.

A ciência psicológica ainda se caracteriza como uma prática elitista. Há uma negligência em relação à temática da desigualdade social, o maior problema estrutural da sociedade brasileira. A literatura especializada apresenta escassez de estudos que articulem a questão do contexto social e suas repercussões na subjetividade das pessoas excluídas. Bock (2016, p. 258) argumenta:

As relações sociais ocorrem neste cenário de desigualdade; a constituição de identidades e de subjetividades também; os comportamentos, os desejos, os projetos, os valores e as significações, tudo se passa neste contexto. Mas a Psicologia ignorou este fato e pensou os sujeitos sem considerar a desigualdade social.

Como consequência, há um certo despreparo dos profissionais *psi* no contato com pessoas marginalizadas. A impotência e o desconforto ao entrar em contato com vidas precarizadas pode se dar em função das lacunas da formação, além dos desafios em escutar narrativas e sofrimentos de pessoas que estão à margem da sociedade. Neste caso, o plantonista precisa lidar com sofrimentos intensos de pessoas que estão desprotegidas e desamparadas e ainda encarar de frente a manifestação da desigualdade social.

A escuta do sofrimento ético-político, fortemente presente nas narrativas dos usuários, colocou os plantonistas em contato direto com as questões de classe social como produtoras de subjetividade. Tornou-se necessário desenvolver outros tipos de escuta que a

formação tradicional em clínica não fornece. Buscou-se a ruptura com concepções normativas e corretivas, além da busca de uma relação mais horizontal, sem atitudes de tutela. A ideia era apostar no encontro que validasse as formas singulares com que as pessoas que vivem na margem organizam suas vidas (PAULON; ROMAGNOLI, 2018). Na clínica com pessoas marginalizadas, podem ocorrer desencontros se os profissionais ainda carregarem uma visão da clínica psicológica como atrelada à resolução de problemas e não como um acolhimento do desconhecido que emerge do encontro com alteridade (MANSANO, 2011).

Os plantonistas buscaram acolher e reconhecer o usuário, mostrando que o seu sofrimento é legítimo. Além disso, buscaram realçar suas habilidades e potencialidades. Uma plantonista relata uma dessas tentativas de promover um resgate da dignidade:

Ele disse que passou por reformatórios, foi para Goiânia, voltou e trabalhou com muita coisa. Sabe reformar sofás, cuidar de fazendas e até ser ajudante de pedreiro. Afirmei, então, que ele sabia fazer muitas coisas e que isso era muito bonito.

A clínica psicológica com pessoas excluídas é um espaço para se pensar e vivenciar tentativas de resgate da dignidade. As pessoas marginalizadas produzem estratégias existenciais para contrapor os olhares de desvalor recebidos. A busca de suas potências, qualidades e habilidades no trabalho se manifestaram no espaço clínico de forma insistente. Foi possível notar uma necessidade de o usuário buscar algo em suas vivências para provar que é

digno de existir e que merece respeito. O sujeito parece querer provar que possui valor e espaço na sociedade.

O sujeito excluído pode se perceber com uma identidade restrita à inutilidade ou à vagabundagem, a partir das reiteradas mensagens de desprezo endereçadas pelas classes sociais hegemônicas. O contraponto a esta visão desqualificada de si pode ser instaurado na clínica psicológica se o sujeito for reconhecido e validado na forma como conseguiu organizar a sua vida, na sua singularidade. A ideia é que os sujeitos possam produzir outros processos de subjetivação, formas de se perceber mais ligadas à ideia de dignidade (DELFIN; ALMEIDA; IMBRIZI, 2017). Ou seja, a clínica psicológica com pessoas excluídas pode ser um espaço em que o sujeito pode se ver de outras formas, não como marginal ou inútil.

Os usuários buscam demonstrar que possuem valor, que tentam redirecionar suas vidas, como é colocado neste diário de campo:

Ele ficou constantemente falando, com o decorrer do atendimento, que era uma pessoa má e que já machucou muitas pessoas. Atualmente, diz que mudou muito a sua forma de viver, que busca ser uma pessoa gentil e procura ajudar o próximo, além de buscar um trabalho remunerado.

A reificação é um fenômeno da sociedade capitalista, que pode ser definido como uma operação mental que consiste em “transformar conceitos abstratos em objetos ou, até mesmo, tratar seres humanos como objetos” (COSTA, 2004, P. 63). O sujeito seria reduzido a um objeto de utilidade. Se em nada contribui para a sociedade, pode ser descartado, tal qual objetos sem valor. No nosso trabalho

com pessoas excluídas, foi possível observar a busca destes sujeitos de estratégias existenciais para contrapor a esta coisificação que a sociedade insiste em fazer.

A clínica psicológica com pessoas excluídas se mostrou um espaço importante para se romper com a invisibilidade pública e amenizar de alguma forma os sofrimentos decorrentes. Em um diário de campo, o plantonista reflete sobre isso:

O W. parece ter ficado muito agradecido de ter sido ouvido. Ficou mais contente ainda quando na hora do grupo, ele quis se apresentar e eu já falei o nome dele antes dele vir. E ele disse: Você sabe mesmo meu nome?

O trabalho emergiu como fonte de valor e dignidade. A partir da exposição de suas habilidades laborais, o usuário busca um reconhecimento do outro. Nesse sentido, uma plantonista descreve um fragmento clínico:

Ele conta em detalhes como fez esta gaiola, e diz que fez um sistema para os passarinhos se exercitarem, como se fossem dois pauzinhos em que eles podem correr. Ele parece querer mostrar seus saberes, diz que o tamanho do novo banco da casa de apoio foi feito com a medida errada e fala sobre as medidas certas.

Este usuário parece querer demonstrar que pode ser útil para a sociedade e que possui habilidades para transformar materiais em algo de valor social. Além disso, ao opinar sobre uma construção da casa de apoio, parece querer demonstrar que não está ali somente como alguém que está recebendo ajuda, mas que também pode doar algo de si. Outro plantonista descreveu uma observação de algo semelhante ao realizar um atendimento psicológico:

Percebi nesse encontro que a relação com o trabalho é uma grande âncora existencial, uma forma de sentir pertencimento e um antídoto para lidar com sofrimentos consideráveis. Penso também que eles querem ser reconhecidos como trabalhadores, como pessoas que têm valor e que estão lutando para melhorar suas relações com o mundo.

A desigualdade social brasileira estabelece quais seriam os grupos que possuem acesso às riquezas sociais, os grupos que seriam doadores de algo e superiores, em contraposição aos grupos que seriam carentes e inferiores (BOCK, 2009). Portanto, mostrar-se como alguém capaz de dar algo de si pode ser uma forma de resistência à coisificação imposta.

As possibilidades de escuta clínica com pessoas excluídas colocam o profissional diante de sofrimentos e angústias de quem vive na margem e que recebe a desqualificação dos grupos sociais incluídos. Uma das possibilidades que emergiu neste trabalho foi a escuta clínica como um espaço para se repensar o uso problemático de álcool e drogas. Um plantonista relata um fragmento clínico:

M. chegou no Nosso Lar e já perguntou se éramos as psicólogas, pois ele queria conversar. O conduzimos até a sala, onde ele chegou dizendo que tinha problema com a bebida e nos perguntando o que ele deveria fazer, se deveria tomar algum medicamento [...]. Falou que já veio outras vezes no Nosso Lar e que isso o tinha ajudado a parar de beber. Conversar com alguém, desabafar era bom para ele.

A própria inserção social promovida pela participação na casa de apoio pode ser um mecanismo de fortalecimento para lidar com o uso problemático de álcool e outras drogas,

como consta neste diário de campo que relata um atendimento psicológico com um voluntário da instituição: “Para não ficar sozinho em casa desconfortável com seus próprios pensamentos e sentimentos de culpa vai à casa de apoio ajudar como voluntariado e ficar conversando com as pessoas. Ele diz que é uma forma de não ocorrer recaídas com o álcool e drogas. ” A demanda de lidar com o uso abusivo de álcool e outras drogas foi recorrente na clínica psicológica com pessoas excluídas. A equipe de pesquisa se baseou nos estudos de Souza (2019) para entender que o uso problemático de álcool e drogas pode ter uma relação com a questão de classe social. Os usuários atendidos fazem parte de um grupo social que sofre desprezo e humilhação desde cedo, além de possuírem laços familiares frágeis ou rompidos. Estes fatores os levam a pensar na própria realidade como algo intolerável, o que pode colocar as drogas e álcool como possibilidade de fuga e amortecimento do sofrimento.

Portanto, a equipe de pesquisa precisou realizar estudos teóricos bibliográficos em relação à questão de classe social como forma de entender os significados dos sofrimentos dos usuários. Como contraponto ao caráter ainda elitista da Psicologia, deve-se investir em mais espaços de escuta clínica para pessoas marginalizadas, como via de abertura de novas possibilidades. A escuta dos afetos e dos sofrimentos em decorrência do pertencimento de classe demonstra que a dimensão subjetiva da desigualdade social é um fator importante na assistência e no cuidado com pessoas das camadas populares. As políticas públicas direcionadas para estes grupos não podem se ater somente

às necessidades materiais de cuidado. No encontro com pessoas excluídas, foi possível elencar alguns aspectos que podem auxiliar na concepção de políticas públicas dirigidas para estes grupos. É necessário propor projetos em que eles não só recebam algo, mas que possam também contribuir com a formulação dos cuidados de que são objeto. Além deste tipo de inclusão, a aposta no cuidado a partir da validação e reconhecimento dos saberes populares e dos diferentes arranjos existenciais pode ser mais potente do que uma atitude de tutela assistencialista ou de correção de modos de vida supostamente desviantes.

Considerações Finais

A exclusão social possui uma dimensão ligada à subjetividade, expressa nos afetos e sentimentos envolvidos nas situações de humilhação e rebaixamento. Assim, a exclusão emerge como fenômeno que abarca a subjetividade dos excluídos, sendo um processo que transcende questões materiais e econômicas. A exclusão social possui consequências como vivências ligadas ao uso problemático de álcool e drogas, a deterioração das relações interpessoais, ruptura das relações familiares, formas de existência sem direção.

Histórias de vida marcada por humilhações públicas e por sofrimento de ser visto como inferior produzem ora visões desqualificadas de si mesmo, ora tentativas de resistência a esta percepção. Observou-se que os usuários às vezes se culpam pela própria situação de precariedade, fazendo coro com a visão neoliberal vigente que atribui

somente ao desempenho individual as chances de sucesso ou fracasso na vida. Por outro lado, há um movimento de busca de reconhecimento através das habilidades de trabalho e de outras qualidades. Dessa forma, para além da exclusão, foi possível perceber que há essa busca de resgate de dignidade e de realce das próprias potencialidades.

A naturalização da desigualdade social brasileira se manifesta através do desprezo e da indiferença dirigidos para as classes populares. Os sujeitos que são alvo destes preconceitos de classe apresentam seus sofrimentos de serem vistos como inúteis ou descartáveis. Portanto, na busca de instauração de um espaço outro, a clínica psicológica com pessoas excluídas demanda acolhimento, conexão e realce das qualidades e habilidades dos usuários, com a finalidade de produzir outras subjetivações.

O trabalho com grupos marginalizados e comunidades periféricas em um país tão desigual como o Brasil, pode contribuir para mostrar as verdadeiras características da sociedade brasileira. Dessa forma, a presente pesquisa possibilitou a elucidação de alguns processos subjetivos decorrentes da desigualdade social e pode contribuir para posteriores investigações da relação entre exclusão e subjetividade.

Referências

BAUMAN, Z. **O MAL-ESTAR DA PÓS-MODERNIDADE**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1998. 137 p.

BOCK, A. M. M. B. DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM ESTUDO NA CIDADE DE SÃO PAULO. *IN: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 2009. ANAIS [...].* SÃO PAULO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2009. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ABRAPSO.ORG.BR/SITEPRINCIPAL/IMAGES/ANAIXVENABRAPSO](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/anaixvabrapso). ACESSO EM: 10 JAN. 2021.

BOCK, A. M. M. B. PSICOLOGIA E DESIGUALDADE SOCIAL. **REV. PSICOL., DIVERS. SAÚDE.** v. 5, n. 2, p. 255-262, JUL./DEZ. 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/S1414-98932013000300014](https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300014). ACESSO EM: 10 JAN. 2021.

COSTA, F. B. DA. **HOMENS INVISÍVEIS: RELATO DE UMA HUMILHAÇÃO SOCIAL.** SÃO PAULO: EDITORA GLOBO, 2004. 254 p.

DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A. M. DE; IMBRIZI, J. M. A RUA COMO PALCO: ARTE E (IN) VISIBILIDADE SOCIAL. **PSICOL SOC.** v. 29, n. 01, p. 1-10, JAN./ABR. 2017.

JESUS, C. M. DE. **QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA.** 10. ED. SÃO PAULO: EDITORA ÁTICA, 2020. 200 p.

GOLDENBERG, M. **A ARTE DE PESQUISAR: COMO FAZER PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.** 14. ED. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2015. 111 p.

LANCETTI, A. **CLÍNICA PERIPATÉTICA.** SÃO PAULO: HUCITEC, 2016. 128 p.

LYN, R.; MORSE, J. M. **README FIRST FOR A USER'S GUIDE TO QUALITATIVE METHODS.** LOS ANGELES, EUA: SAGE PUBLICATIONS, 2013. 311 p.

MANSANO, S. R. V. CLÍNICA E POTÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS ENCONTROS EM GILLES DELEUZE. **MNEMOSINE.** v. 7, n. 2, p. 64-74, JAN./JUN. 2011.

NASCIMENTO, E. P. MODERNIDADE ÉTICA: UM DESAFIO PARA VENCER A LÓGICA PERVERSA DA NOVA EXCLUSÃO. **REV. PROPOSTA.** v.23, n. 01, p. 24-28, ABR./JUN. 1995.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. QUANDO A VULNERABILIDADE SE FAZ POTÊNCIA. *INTERAÇÃO PSICOL.* v. 33, n. 3, p. 178-187, SET./DEZ. 2018.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M. A.; SILVA, M. V. DE O. A DIMENSÃO SUBJETIVA DA SUBCIDADANIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA. *PSICOL., CIÊNC. PROF.* v. 33, n. 3, p.700-715, JUL./SET. 2013.

SAWAIA, B (ORG.). **As ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO:** ANÁLISE PSICOSSOCIAL E ÉTICA DA DESIGUALDADE SOCIAL. 2. ED. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 2001. 157 p.

SOUZA, J. **A ELITE DO ATRASO:** DA ESCRAVIDÃO A BOLSONARO. RIO DE JANEIRO: EDITORA ESTAÇÃO BRASIL, 2019. 272 p.

VARANDA, W.; ADORNO, R. DE C. F. DESCARTÁVEIS URBANOS: DISCUTINDO A COMPLEXIDADE DA POPULAÇÃO DE RUA E O DESAFIO PARA POLÍTICAS DE SAÚDE. *SAÚDE Soc.* v. 13, n. 1, p. 56-69, ABR./JUN. 2004.